

**MMA****GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD**

Nº

Data:

**IDENTIFICAÇÃO**

Tipo e Número

02000.000432/2016-11

Procedência

Registro

Interessado

Estado de Roraima/FUNBIO/MMA

**Ministério do Meio Ambiente**

Processo Nº 02000.000432/2016-11

Unid.Atuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Estado de Roraima/FUNBIO/MMA

Resumo: Acordo de cooperação Técnica entre o Estado de Roraima e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade com Interveniência do MMA. 2º Volume.

Assunto

Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado de Roraima e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade com Interveniência do MMA

**PROVIDÊNCIAS**

- ☐ Autuação    ☐ Arquivamento    ☒ Abertura de volume    ☐ Encerramento de volume    ☐ Desarquivamento
- ☐ Reconstituição do processo nº \_\_\_\_\_
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

Justificativa (no caso de reconstituição do processo )

Nome e ramal para contato após providência:

Victor . Ramal 2013

**AUTENTICAÇÃO**

Solicitante

Data:

27.12.16

Protocolo Central/Unidade Protocolizadora

Recebi em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Carimbo/Assinatura

Assinatura



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**



**NOTA INFORMATIVA nº 22 /2016 /DAP/SBF/MMA**

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2016.

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação entre o FUNBIO e o Estado de Roraima nº 02000.000432/2016-11.

**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

**2. INTERESSADO**

Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima - IACTI

**3. REFERÊNCIA**

- 3.1. Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002;
- 3.2. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- 3.3. Portaria nº 187, de 22 de maio de 2014;
- 3.4. Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015;
- 3.5. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;
- 3.6. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

**4. INFORMAÇÃO**

4.1 Trata-se da celebração do Acordo de Cooperação entre o Estado de Roraima e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com a interveniência da UNIÃO, representada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

4.2. A Consultoria Jurídica do MMA apresentou manifestação favorável a propósito da constitucionalidade e da legalidade do instrumento, conforme PARECER n. 00146/2016 (fls. 182) e COTA n. 00437/2016 (fls. 192).

4.3. Na sequência as minutas do Acordo foram devidamente assinadas pelos partícipes e os documentos acostados ao processo.

4.4. Nesse sentido, solicitamos o envio dos autos para assinatura do Sr. Excelentíssimo Ministro de Meio Ambiente, como interveniente do referido Acordo, e posteriormente para publicação do extrato no Diário Oficial da União.

  
**THIAGO GIL BARRETO BARROS**  
Analista Ambiental  
Gerente de Projetos - Substituto

De acordo. Encaminhe-se ao GAB/MINISTRO para as providências necessárias.

  
**FERNANDO ANTONIO LYRIO SILVA**  
Secretário de Biodiversidade e Florestas - Substituto

**MMA - Protocolo GABIN**

Recebido em:

29 / 12 / 2016  
Assinatura Nome

Wanderlei as 11:01



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Gabinete do Ministro  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 5º andar  
70068-901 – Brasília – DF  
Fone: (61) 2028-1254  
gm@mma.gov.br



**PROCESSO n. 02000.000432/2016-11**

**Despacho do Gabinete do Senhor Ministro do Meio Ambiente**

Encaminho o presente processo, para as análises de competência dessa Secretaria Executiva, visando a assinatura, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro, do Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre esta Pasta, o FUNBIO e o Estado de Roraima.

Brasília, 16 de janeiro de 2017.

**DIVA CARVALHO**  
Chefe de Gabinete do Ministro





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

**PROCESSO:** 02000.000432/2016-11

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica, a ser celebrado entre o FUNBIO e o Estado de Roraima, com intervenção da União (MMA), objetivando a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)

**Interessado:** Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF

Ao Senhor Assessor  
Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios

Encaminho o presente processo para avaliação e manifestação de Vossa Senhoria, o qual trata do Acordo de Cooperação Técnica proposto pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, para celebração entre o FUNBIO e o Estado de Roraima, com intervenção da União (MMA), objetivando a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

SECEX, em 18/01/2017.

  
**MARCELO CRUZ**  
Secretário-Executivo

Recebido na SECEX/MMA

Data 18/01/17

As 17:06 horas

Nº do Registro: 38

Ass: maia



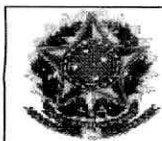
Recebido na SECEX/MMA

Data 20 / 01 / 17

Às 14 : 10 horas

Nº do Registro: 38

Ass: Moua



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**NOTA INFORMATIVA nº 003 /2017/SECEX**

Brasília/DF, 23 de janeiro de 2017.

**ASSUNTO:** Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o Estado de Roraima com interveniência do MMA, no âmbito do Programa ARPA.

**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria Executiva.

**2. INTERESSADO**

Governo do Estado de Roraima e FUNBIO.

**3. REFERÊNCIA**

**3.1.** O presente Acordo está amparado nos seguintes atos legais:

- a) Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- b) Decreto nº 4.326, de 08 de agosto de 2002;
- c) Portaria nº 187, de 22 de maio de 2014;
- d) Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015;
- e) Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- f) Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;
- g) Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

**4. INFORMAÇÃO**

**4.1.** Trata o presente processo da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o FUNBIO e o Governo do Estado de Roraima com interveniência desta Pasta para implementação de ações do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.

**4.2.** Sobre o assunto cabe ressaltar que por se tratar de cooperação técnica, o presente documento de celebração (ACT) enquadra-se na Lei 13.019/14 alterada pela Lei 13.204/15 e regulamentada pelo Decreto nº 8.726/16, que dispõem o regime jurídico das

parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidade de interesse público e recíproco.

**4.3.** De acordo com o artigo 2º da Lei 13.019/14, são estabelecidos os conceitos dos instrumentos jurídicos que regem as relações entre os setores público e privado, conforme a seguir:

- a) **Termo de Colaboração:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública **que envolvam a transferência de recursos financeiros** (item VII do art. 2º);
- b) **Termo de Fomento:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, **que envolvam a transferência de recursos financeiros** (item VIII do art. 2º); e
- c) **Acordo de Cooperação:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco **que não envolvam a transferência de recursos financeiros** (item VIII-A do art. 2º).

**4.4.** Nesse sentido e em razão do presente processo enquadrar-se como Acordo de Cooperação, em razão de não envolver a transferência de recursos, procedemos análises na minuta apresentada à luz da Lei 13.019/14 e alteração (lei 13.204/15), bem como do decreto de regulamentação nº 8.726/16, constatamos algumas desconformidades com os referidos instrumentos legais a saber:

- a) Não foram identificadas no processo as “certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável a cada ente federado” do FUNBIO, bem como a “comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado” conforme previsto, respectivamente, nos itens II e VII do artigo 34 da lei 13.019/14;
- b) Na minuta do ACT não foram constatadas as seguintes cláusulas obrigatórias consoante previsto no art. 42 da Lei 13.019/14: “VII – a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos”; “VII – a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no Inciso 1º do artigo 58 desta lei”; e “XIX – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito à despesas de custeio, de investimento e de pessoal”;
- c) Não constam nos autos as consultas de que trata o artigo 29 do decreto nº 8.726/16, que regulamenta a lei 13.019/14, que assim estabelece: “art. 29 – No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública federal deverá consultar o



Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – Cepim, o Siconv, o Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida Celebração”;

- d) Considerando que na minuta do ACT a vigência do instrumento será superior a um ano, não foi constatada a obrigatoriedade de prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, conforme previsto no artigo 59 do decreto nº 8.726/16;
- e) Na proposta de Plano de Trabalho que consta como anexo da minuta do ACT, verificamos que não há a previsão de metas para as atividades elencadas no referido Plano, o que a nosso ver prejudica o acompanhamento da execução do objeto a ser celebrado.

4.5. Diante do exposto e considerando que existem aspectos de ordem legal na presente avaliação, propomos que o presente processo seja reenviado a Consultoria Jurídica para análise dos pontos evidenciados na presente Nota Informativa.



**ELIOMAR WESLEY A. DA F. RIOS**  
Analista de Planejamento e Orçamento  
Assessoria da Secretaria Executiva

De acordo. Encaminhe-se à Conjur conforme proposto.



**MARCELO CRUZ**  
Secretário Executivo

EM BRANCO

Recebido na SECEX/MMA

Data 08/02/17

Às 10 : 43 horas

Nº do Registro: 111

Ass: Fernando

**Relatório de Operações do SAPIENS:**

**As seguintes operações foram realizadas com sucesso:**

Tarefa criada com sucesso no NUP 02000.000432/2016-11 para RODRIGO MAGALHAES PEREIRA!

Tramitação criada com sucesso no NUP 02000.000432/2016-11!





**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consulência realizada junto ao Ministério do Meio Ambiente

Neste ato, foram presentes auto(s) da seguinte entidade:

☐ Pessoa ☒ Física ☐ Jurídica ☐ Detachado ☐ Outros

em 4 de Junho de 2004, sendo como signatário(s) o(s) Dr(a)

Rodolfo Na Jaulha

Brasília, 08 de Junho de 2004

Assinatura e Carimbo

Assinatura e Carimbo



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES - CONJUR

**NOTA n. 00037/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.000432/2016-11**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Senhora Coordenadora Geral,

Trata-se de processo reencaminhado a esta Consultoria Jurídica cuja finalidade é a celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Estado de Roraima, através do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima – IACTI, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com interveniência da União, por meio do Ministério do Meio Ambiente - MMA

Desta feita, em razão de solicitação do Secretário Executivo, com a finalidade de manifestação sobre os pontos destacados no item 4.4 da Nota Informativa n.º 03/2017/SECEX, entendidos como "desconformidades" com os instrumentos legais pertinentes.

Todavia, entende-se que a análise jurídica foi devidamente realizada por meio do Parecer n.º 146/2016 e da Cota n.º 437/2016, inclusive em relação a adequação do processo à Lei n.º 13.019/2014 e sua regulamentação, não havendo qualquer desconformidade na instrução processual.

Vale destacar que segundo o Decreto n.º 8.726/2016, as disposições da Lei n.º 13.019/2014 são aplicáveis no que couber, nos termos do art. 6º, *verbis*:

Art. 6º São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo I, Seção I - Disposições preliminares, e, no que couber, o disposto nos seguintes Capítulos:

I - Capítulo II - Do chamamento público;

II - Capítulo III - Da celebração do instrumento de parceria, exceto quanto ao disposto no:

a) art. 24;

b) art. 25, *caput*, incisos V a VII, e § 1º; e

c) art. 32;

III - Capítulo VIII - Das sanções;

IV - Capítulo IX - Do procedimento de manifestação de interesse social;

V - Capítulo X - Da transparência e divulgação das ações;

VI - Capítulo XI - Do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração; e

VII - Capítulo XII - Disposições finais.

Dessa forma, compete ao gestor e à unidade técnica a elaboração da minuta de acordo com a conveniência e oportunidade e com as finalidades do instrumento e, a esta Consultoria Jurídica, analisar a sua legalidade.

Ademais, reitera-se que as recomendações constantes do Parecer n.º 00146/2016/CONJUR-MMA/CGU/AGU não são vinculantes, devendo o gestor, caso discorde do seu conteúdo ou entenda conveniente e oportuno, inclua na instrução processual as consultas e cláusulas sugeridas na Nota Informativa, o que é salutar, justificando a sua decisão.

Nesse sentido, sugere-se o retorno dos autos à SECEX/MMA para as providências que entender pertinentes.

À consideração superior.

Brasília, 27 de janeiro de 2017.

RODRIGO MAGALHAES PEREIRA

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000000432201611 e da chave de acesso a8170e99

---

Documento assinado eletronicamente por RODRIGO MAGALHAES PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 21013680 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RODRIGO MAGALHAES PEREIRA. Data e Hora: 27-01-2017 11:49. Número de Série: 4627289487405715354. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
COORDENAÇÃO GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES - CONJUR

**DESPACHO n. 00203/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

**NUP: 02000.000432/2016-11**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**

**ASSUNTOS: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

1. De acordo com a **NOTA n. 00037/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**, pelos seus próprios fundamentos, considerando ainda o que segue.

A título de colaboração, peço vênia para esclarecer os seguintes apontamentos feitos pela SECEX no item 4.4 da Nota Informativa 003/2017/SECEX (fls. 201/202):

(i) primeiro, cabe ressaltar, que a minuta do Acordo de Cooperação em questão, foi analisada por esta CONJUR, por intermédio das seguintes manifestações: Cota n° 50/2016/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp (fl. 46); Cota n.00157/2016 (fl.69); Parecer n.º 146/2016 (fl. 182/183) e da Cota n.º 437/2016 (fl. 192), inclusive no que diz respeito a sua adequação à Lei n.º 13.019/2014 e sua regulamentação, não havendo qualquer desconformidade na instrução processual.

(ii) quanto a documentação relativa a regularidade fiscal e comprovação do endereço declarado pelo FUNBIO, nada obsta que se instrua os autos com os mesmos;

(iii) não há que se falar em cláusula de prestação de contas, vez que o presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros;

(iv) as consultas de que trata o art.29 do Decreto n° 8.726, de 27 de abril de 2016, devem instruir os autos, no que couber, pois conforme já dito anteriormente, o presente ajuste não envolve transferência de recursos;

(v) quanto a prestação de contas anual - tendo em vista que a cláusula de vigência deve estabelecer o prazo correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, desde que não exceda cinco anos, e ainda, considerando que não haverá transferência de recursos financeiros, entendo que não há obrigatoriedade de prestação de contas anual.

(vi) a previsão e prazo de cumprimento das metas a serem executadas é questão meramente técnica.

3. Por fim, cabe esclarecer, que o referido Acordo poderá ser assinado pelo Secretário de Biodiversidade, vez que o Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016, em seu art. 5º, §2º, dispõe que o acordo de cooperação será firmado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade, permitida a delegação. No âmbito do MMA, foi feita a referida delegação conforme depreende-se das Portarias 292, de 2007 e 282 de 2009.

4. Estas são as considerações que achei oportuno esclarecer.

5. Submeto à consideração superior.

Brasília, 03 de fevereiro de 2017.

TÂNIA MARA ARRAIS MONTEIRO  
PROCURADORA FEDERAL  
COORDENADORA-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES  
CONJUR/MMA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000000432201611 e da chave de acesso a8170e99



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE-CONJUR

**DESPACHO n. 00141/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU**

NUP: 02000.000432/2016-11

**INTERESSADOS:** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. ESTADO DE RORAIMA. INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE RORAIMA – IACTI. FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO.

**ASSUNTOS:** ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. LEI N.º 13.019/2014.

1. Ciente. Recebido aos 07 de fevereiro de 2017.

2. Aprovo a NOTA n. 00037/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU com os esclarecimentos do DESPACHO n. 00203/2017/CONJUR-MMA/CGU/AGU que o aprova, por seus próprios fundamentos, ponderando ainda o que segue.

3. Inicialmente, entendo relevante pontuar que as sugestões apresentadas na Nota Informativa 003/2017/SECEX (Documento SAPIENS nº 11, Componente Digital nº 01, fls. 201/202 dos autos físicos e fls 6/8 do PDF) quanto à instrução processual (especialmente a documentação relativa a regularidade fiscal e comprovação do endereço declarado pelo FUNBIO) e até mesmo quanto à inclusão das cláusulas de prestação de contas, embora não sejam de aplicação obrigatória, tampouco apresentam óbice legal. Desta forma, tais elementos poderão trazer aprimoramento à instrução dos autos e também ao acompanhamento do Acordo, o que deve ser avaliado pela área técnica.

4. Por fim, embora as previsões e os prazos de cumprimento das metas a serem executadas sejam questões meramente técnicas, conforme destacado no item 2.vi do Despacho sob análise, faz-se relevante alertar que o Plano de Trabalho apresenta prazo atualmente vencido (2016). Além disso, advirto que um maior detalhamento do plano de trabalho poderá ser salutar ao acompanhamento eficaz do Acordo, o que poderá ser feito, inclusive, por meio de apostilamento.

5. É o breve despacho. Ao apoio desta Conjur/MMA para encaminhamento dos autos à SECEX/MMA.

Brasília, 07 de fevereiro de 2017.

RAFAEL GOMES DE SANTANA  
PROCURADOR FEDERAL  
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02000000432201611 e da chave de acesso a8170e99

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL GOMES DE SANTANA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 21385535 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL GOMES DE SANTANA. Data e Hora: 07-02-2017 20:12. Número de Série: 102349. Emissor: Autoridade Certificadora da Presidencia da Republica v4.

---





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO SECEX/MMA

Processo nº: 02000.000432/2016-11

ASSUNTO: Acordo de cooperação técnica entre o estado de Roraima e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade com Interveniência do MMA.

À Chefia de Gabinete da Secretaria de Biodiversidade,

O presente processo foi encaminhado em 18.01.2017, pelo Senhor Secretário Executivo para análise desta área no tocante a proposta de celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o Estado de Roraima, com interveniência desta Pasta.

2. Em atenção ao referido despacho foram feitas análises que constam da Nota Informativa nº 003/2017/SECEX, constante de fls. 200/202, onde foram identificadas algumas desconformidades com a nova legislação que rege as formas de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade civil (lei 13.019/14 e alteração 13.2014/15, bem como o Decreto nº 8.726/16 que regulamentou o assunto).

3. Nesse sentido, foi proposto o reencaminhamento dos autos a CONJUR para avaliação dos pontos evidenciados, sendo que o Consultor Jurídico em despacho as fls. 206, destaca como relevantes as sugestões contidas na referida Nota Informativa notadamente quanto a instrução processual a saber:

- a) Documentação de regularidade fiscal e comprovação do endereço declarado pelo FUNBIO;
- b) A inclusão das cláusulas de prestação de contas, embora não sejam de aplicação obrigatória, tampouco representam óbice legal.

4. Ainda segundo a CONJUR, tais elementos poderão trazer aprimoramento a instrução dos autos e também ao acompanhamento do Acordo, o que deve ser avaliado pela área técnica.

5. Por fim, o Consultor Jurídico ao alertar para o vencimento do plano de trabalho (2016), adverte que um maior detalhamento do plano de trabalho poderá facilitar o acompanhamento do acordo, o que poderá ser feito, inclusive, por meio de apostilamento.





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO SECEX/MMA

Processo nº: 02000.000432/2016-11

ASSUNTO: Acordo de cooperação técnica entre o estado de Roraima e o  
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade com Interveniência do MMA.

6. Diante do exposto, encaminho o presente processo para a Secretaria de Biodiversidade para conhecimento e adequações sugeridas pela CONJUR e restituição dos autos a esta Secretaria Executiva para as providências pertinentes visando a celebração do instrumento.


Brasília, 24 de fevereiro de 2017.

  
**Eliomar Wesley A. da F. Rios**  
Diretor do Departamento de Recursos Externos  
SECEX

*Ao Andelina  
para providências  
2/3/2017*

**WALTER DO AMARAL MANTENATO**  
Diretor do Departamento de Áreas Protegidas  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas

*AO DAP,  
Para análise e  
providências pertinentes.  
02/03/2017*

  
**Anna Flávia de Senna Franco**  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade

Ao Diretor.

Segue Nota Informativa p/ Apreciação.  
Ênure dos autos para formalização de  
Acordo de Cooperação com Moraima  
10/3/17



André Luis Lima  
Gerente de Projeto  
DAP/SBF/MMA



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo**  
**Protocolo Geral Nº 00000.001630/2017-00**

Data do Protocolo: 26/01/2017

Hora do Protocolo: 11:12:05

Nº do Documento: 14

Data do Documento: 20/01/2017

Tipo do Documento: MEMORANDO

Procedência: [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo]

Signatário/Cargo: ANDRÉ LUIS LIMA - DIRETOR DE ÁREAS PROTEGIDAS SUBSTITUTO

Resumo: Minuta de Extrato para publicação no D.O.U (ACT de Roraima).

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Josiane Rodrigues Alves] [3676]

**REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.**

Data da Tramitação: 27/01/2017

Hora da Tramitação: 17:31:20

Destino: [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo]

Despacho: Para Providência.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Áreas Protegidas - Apoio Administrativo] [Sabrina dos Santos Sousa] [3659]  
Recebimento: Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

**REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES**

**DOCUMENTOS APENSADOS**

<p>1º</p> <p>MMA - Protocolo GABIN</p> <p>Recebido em:</p> <p>31 / 01 / 2017</p> <p>Assinatura Nome</p> <p><i>[Assinatura]</i> <i>as 11:31hs.</i></p>	<p>2º</p> <p>Resoluto o presente documento do DAP/SBF, informando sobre a impossibilidade de publicar o extrato, tendo em vista que o ACT subjacente ainda está</p>
<p>3º</p> <p>pendente de minutura. Por oportuno, ciente que a publicação de extratos requer a remessa à CGAA/GM dos autos correspondentes, os quais</p>	<p>4º</p> <p>se encontram na CONJUR desde o último dia 23/01, conforme consulta anexa.</p> <p align="right"><i>31</i> <i>01</i> <i>17</i></p> <p align="center">Leonardo Margonato Ribeiro Lima Coordenador-Geral de Apoio Administrativo Gabinete do Ministro/MMA</p>
<p>5º</p> <p>À Thiago para acompanhar o ACT na CONJUR.</p> <p><i>Wick</i></p> <p align="right">WARWICK DO AMARAL MANFRATO Diretor do Departamento de Áreas Protegidas Secretaria de Biodiversidade e Florestas 15.2.17</p>	<p>6º</p> <p>Para apurar as praxeas 02000.0004 32/2016-11</p> <p align="right"><i>Rui Abcatti</i> Rui C. Gatti Analista Ambiental Matr. 200.1000</p>



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**



**Memorando nº 104 /2017/DAP/SBF/MMA**

Em 27 de janeiro de 2017

Ao Sr. Coordenador Geral de Apoio Administrativo (CGAA)

**Assunto: Minuta de Extrato para publicação no D.O.U (ACT de Roraima)**

1. Vimos por meio deste encaminhar a Minuta de Extrato para publicação no Diário Oficial da União do Acordo de Cooperação Técnica do Estado de Roraima, processo nº 02000.000432/2016-11, processo esse que já se encontra na CGGA ↳ CGAA
2. Vale frisar que a citada minuta já foi encaminhada para a CGGA por email no dia 20/01/2017. ↳ CGAA
3. Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

**ANDRÉ LUIS LIMA**  
Diretor de Áreas Protegidas Substituto



### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. Processo 02000.000432/2016-11. PARTICIPES: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, CNPJ/MF nº 03.537.443/0001-04, e o Estado de Roraima, com a interveniência da União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente - MMA, CNPJ/MF nº 37.115.375/0001-07;

OBJETO: Estabelecer a cooperação técnica entre o Estado de Roraima e o FUNBIO na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.

RECURSOS: O presente acordo não prevê a transferência de recurso para os participantes.

VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. DATA DA ASSINATURA: Brasília, 2017. SIGNATÁRIOS: JOSÉ SARNEY FILHO, Ministro do Meio Ambiente, CPF nº 147.374.783-15 e ROSA MARIA LEMOS DE SÁ, Secretária-Geral do Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO, CPF nº 317.697.566-04, MARCELO DE MAGALHÃES NUNES, Presidente do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima (IACI), CPF nº 646.455.762-91,

*Favor inserir  
data de assinatura*



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**



**NOTA INFORMATIVA nº 08 /2017 /DAP/SBF/MMA**

Brasília/DF, 13 de março de 2017.

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação entre o FUNBIO e o Estado de Roraima nº 02000.000432/2016-11.

**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria de Biodiversidade.

**2. INTERESSADO**

Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima - IACTI

**3. REFERÊNCIA**

- 3.1. Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002;
- 3.2. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- 3.3. Portaria nº 187, de 22 de maio de 2014;
- 3.4. Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015;
- 3.5. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;
- 3.6. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

**4. INFORMAÇÃO**

**4.1** Trata-se da celebração do Acordo de Cooperação entre o Estado de Roraima e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com a interveniência da UNIÃO, representada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), visando a implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

**4.2.** A Consultoria Jurídica (CONJUR) do MMA apresentou manifestação favorável a propósito da constitucionalidade e da legalidade do instrumento, conforme PARECER n. 00146/2016 (fls. 182) e COTA n. 00437/2016 (fls. 192).


**4.3.** Em 26 de dezembro de 2016 enviou-se os autos com as devidas assinaturas dos partícipes para assinatura pelo Sr. Excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente, e posterior publicação do extrato no Diário Oficial da União.

**4.4.** Após análise da Secretaria Executiva deste Ministério e nova consulta à CONJUR foi solicitado por meio de Despacho (fls. 207 e 208) novos ajustes nas minutas do Acordo de Cooperação e do Plano de Trabalho, bem como instrução de novos documentos, a saber:

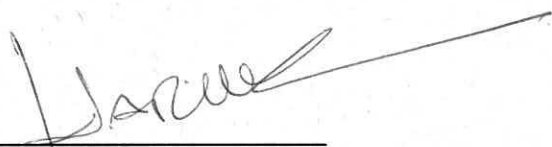
- a) Documentação de regularidade fiscal e comprovação do endereço declarado pelo Funbio;
- b) A inclusão das cláusulas de prestação de contas, embora não sejam de aplicação obrigatória, tampouco representam óbice;
- c) Atualização da data do Plano de Trabalho atualmente vencido (2016);
- d) Maior detalhamento do Plano de Trabalho, de modo a facilitar o acompanhamento do acordo.

**4.5.** Nesse sentido, após atendimento às solicitações supracitadas, solicitamos a restituição dos autos à Secretaria Executiva para as providências pertinentes visando a celebração do instrumento.

**4.6.** Por fim informamos que foi apensado ao processo a minuta de Extrato para fins de publicação no DOU, anteriormente enviada à CGAA e restituída a esta área técnica.

 <b>RENATA CAROLINA GATTI</b> Analista Ambiental	 André Luis Lima Gerente de Projeto DAP/SBF/MMA
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

De acordo. Encaminhe-se ao GAB/SBio para providências necessárias.

  
**WARWICK DO AMARAL MANFRINATO**  
Diretor de Áreas Protegidas

De acordo. Encaminhe-se à SECEX para as providências necessárias.

  
**JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA**  
Secretário de Biodiversidade e Florestas





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **109027/2016**, que no período de **1977 até 06/12/2016 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

**RAZÃO SOCIAL: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**

**CNPJ: 03.537.443/0001-04 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

**CÓDIGO CERTIDÃO: OQ7G.1100.F011.1220**

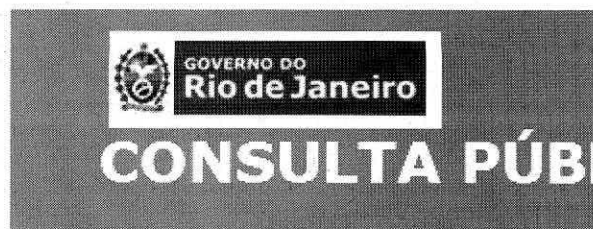
Esta certidão tem validade até 05/06/2017, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 07/12/2016 às 08:38:15.4, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - Regional de Rio de Janeiro

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 08/12/2016 às 11:22:02.0



*Portal Corporativo*

PROCURADORIA GERAL DO ES

***Confirmar Autentic***

CONFIRMAÇ

Cc

Certidão Negativ





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**  
**CNPJ: 03.537.443/0001-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 18:17:32 do dia 01/02/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/07/2017.

Código de controle da certidão: **D3FE.39A3.FA68.ACAF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03537443/0001-04  
**Razão Social:** FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE  
**Nome Fantasia:** FUNBIO  
**Endereço:** R VOLUNTARIOS DA PATRIA 286 ANDAR 5 / BOTAFOGO /  
RIO DE JANEIRO / RJ / 22270-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 01/03/2017 a 30/03/2017

**Certificação Número:** 2017030100505372938386

Informação obtida em 06/03/2017, às 15:47:28.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Município

Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle

89CXMOC9CM

Página 1 de 1

## CERTIDÃO NEGATIVA

A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 03.537.443/0001-04, com endereço no(a) RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, nº 286 - 5º ANDAR E SALA 603 - RJ Cep: 22270010, certifica que

### NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

#### Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

#### Observações

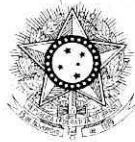
Rio de Janeiro, RJ, 27/01/2017

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 14/05/2017. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço [daminternet.rio.rj.gov.br](http://daminternet.rio.rj.gov.br)

Procurador-Chefe

Procuradoria da Dívida Ativa

Mat. 11/238.907-0 OABRJ 131.537



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.537.443/0001-04

Certidão nº: 125470116/2017

Expedição: 06/03/2017, às 15:46:12

Validade: 01/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.537.443/0001-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE  
R VOLUNTARIOS DA PATRIA 286 PV5  
BOTAFOGO / RIO DE JANEIRO - RJ  
22270-014

VENCIMENTO  
14/02/2017

Nº DO MEDIDOR  
5984865

Cliente  
Mais+

Vantagens especiais em:  
light.com.br/clientemais

01 B01 505 04 0745

0068 2002 002577

Fls.

Ass.

Se você ainda não possui sua conta da Light em Débito Automático, faça a adesão na sua agência bancária, na Agência Virtual ([www.light.com.br](http://www.light.com.br)), no Disque-Light (0800 282 0120) ou nas agências da Light e fique des preocupado.

### BANDEIRAS TARIFÁRIAS: FIQUE ATENTO À NOVA REGRA

A partir do 1º de fevereiro/2017, os valores das bandeiras amarela e vermelha serão reduzidos. E a bandeira vermelha terá dois patamares: patamar 1 e 2.

Para mais informações, acesse [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

Assim, a nova composição dos valores(\*) será:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo, não há cobrança adicional
  - Bandeira amarela: R\$ 1,50 a cada 100 kWh consumidos
  - Bandeira vermelha patamar 1: R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos
  - Bandeira vermelha patamar 2: R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos
- (\*) Valor líquido de impostos

Reservado ao Fisco

EB94.5DFC.22D0.43CA.818C.140B.7073.7791  
Nota Fiscal - Série 01 no. 33404

Conta de Energia Elétrica

RE PROC. E-04/053.359/09 - IFE 03

SEPD - Autorização n. 08-2005/0006384-9



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA  
AV. MAL. FLORIANO 166 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20080-007  
CNPJ 60.244.437/0001-46  
INSC. ESTADUAL 81.880.023 INSC. MUNICIPAL 00794678

#### ENERGIA ATIVA

Medição Atual Data	Leitura	Medição Anterior Data	Leitura	Const. Medidor	Consumo kWh	Nº Dias
01/02/2017	36886	02/01/2017	34660	1	2.226	30

#### ENERGIA REATIVA EXCEDENTE

Medição Acumulada Atual	Anterior	Const. Medidor	Consumo kVh

Data da Emissão: 01/02/2017  
Data de Apresentação: 07/02/2017

CÓDIGO DO CLIENTE: 31065743  
CÓDIGO DA INSTALAÇÃO: 0411137569

DESCRIÇÃO	CFDP	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR R\$
CONSUMO	5.253	kWh	2.226	0,73107	1.627,35
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMIN. PÚBLICA	0000				47,53
Subtotal Faturamento (Veja abaixo)					1.627,35
Subtotal Custos					47,53

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

Valor da Energia	Valor da Transmissão	Valor da Distribuição
531,54	30,47	272,43
Encargos Setoriais	Tributos	Total
230,98	561,93	1.627,35

PIS alíquota 0,980%	COPINS alíquota 4,550%
R\$ 15,94	R\$ 74,04

Tarifa de Energia e TUSD - Lei 10.677/02 / CDFIN - Lei 10.832/03 / PRECATEL (verbal)

Tarifa em R\$/kWh (sem impostos)	BANDEIRA
0,47863	Bandeira Verde
0,49363	Bandeira Amarela
0,50863	Bandeira Vermelha

ICMS R\$	28%	Total da Nota Fiscal R\$
Base de Cálculo	1.627,35	
Alíquota	28%	*****1.627,35
Valor (já incluído no preço)	471,94	

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR R\$
14/02/2017	*****1.674,88

Consumo em kWh	Valor em R\$
0-100	0,47863
101-200	0,49363
201-300	0,50863
301-400	0,52363
401-500	0,53863
501-600	0,55363
601-700	0,56863
701-800	0,58363
801-900	0,59863
901-1000	0,61363
1001-1100	0,62863
1101-1200	0,64363
1201-1300	0,65863
1301-1400	0,67363
1401-1500	0,68863
1501-1600	0,70363
1601-1700	0,71863
1701-1800	0,73363
1801-1900	0,74863
1901-2000	0,76363

Classe / Subclasse

COMERCIAL / ASSOCIAÇÃO E ENTIDADE FILANTRÓPICA

Medidor

TRIFÁSICO

Nº: 5984865

Ref: Mês / Ano

FEV/2017

Referência Bancária

010072478851

Número da Fatura

619252139054

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA

06/03/2017

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS

Disponível: 220/127

Limites mínimo: 202/117 Limites máximo: 231/133

INDICADORES DE QUALIDADE

Mês de referência: Dezembro/2016

Conjunto: BOTAFOGO SUBTERRANEO

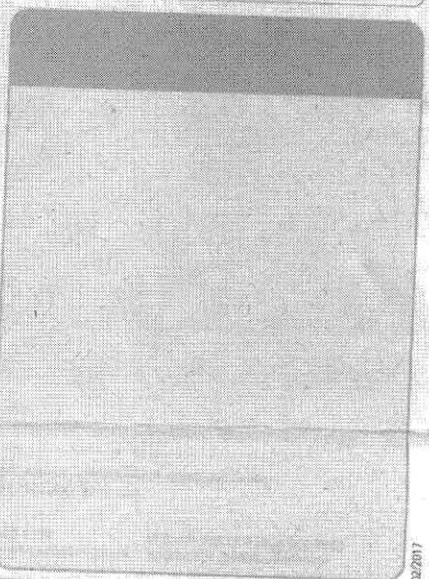
Indicadores	Apurado Mensal	Meta Mensal	Meta Trimestral	Meta Anual
DIC	0,00	4,00	5,00	16,00
FIC	0,00	2,80	5,00	11,20
DMIC	0,00	2,00	---	---

DIC - Duração de interrupção individual  
FIC - Frequência de interrupção individual  
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua  
DICRI - Duração da interrupção individual em dia crítico

VALOR DO ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:

R\$ 591,98

O cliente tem o direito de solicitar a qualquer tempo a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI e também receber uma compensação, caso sejam violadas as metas de continuidade individuais - mensal, trimestral e anual - relativas à unidade consumidora de sua responsabilidade.



BANDEIRAS TARIFÁRIAS  
X X FEVEREIRO 2017 - BANDEIRA VERDE  
X X JANEIRO 2017 - BANDEIRA VERDE

TE - Tarifa de Energia e TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição  
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	CÓDIGO DO CLIENTE
14/02/2017	*****1.674,88	31065743
		FEV/2017

83680000016.5.74880053106.7.62290221500.4.10072478851.6



Autenticação Mecânica

01 B01 505 04 0743



FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE  
R VOLUNTARIOS DA PATRIA 286 SA603  
BOTAFOGO / RIO DE JANEIRO - RJ  
22270-014

VENCIMENTO

14/02/2017

Nº DO MEDIDOR

7350852

Cliente  
Mais+

Vantagens especiais em:  
light.com.br/cliente/mas

01 801 505 840761  
00693 2002 002589

Fis.

Ass.

Se você ainda não possui sua conta da Light em Débito Automático, faça a adesão na sua agência bancária, na Agência Virtual ([www.light.com.br](http://www.light.com.br)), no Disque-Light (0800 282 0120) ou nas agências da Light e fique des preocupado.

### BANDEIRAS TARIFÁRIAS: FIQUE ATENTO À NOVA REGRA

A partir de 1º de fevereiro/2016, os valores das bandeiras amarela e vermelha serão reduzidos. E a bandeira vermelha terá dois palamares, palamar 1 e 2.

Para mais informações, acesse [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

Assim, a nova composição dos valores(\*) será:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo, não há cobrança adicional
- Bandeira amarela: R\$ 1,50 a cada 100 kWh consumidos
- Bandeira vermelha palamar 1: R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos
- Bandeira vermelha palamar 2: R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos

(\*) Valor líquido do imposto.

Classe / Subclasse

COMERCIAL / OUTRO SERVIÇO E OUTRA ATIVIDADE

Medidor

TRIFÁSICO

Nº 7350852

Ref: Mês / Ano

FEV/2017

Referência Bancária

010081877229

Número da Fatura

688603027332

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA 06/03/2017

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS

Disponível: 220/127

Limites mínimo: 202/117 Limites máximo: 231/133

INDICADORES DE QUALIDADE

Mês de referência: Dezembro/2015

Conjunto: BOTAFOGO SUBTERRANEO

Indicadores	Apurado Mensal	Meta Mensal	Meta Trimestral	Meta Anual
DIC	0,00	4,00	8,00	16,00
FIC	0,00	2,80	5,60	11,20
DMIC	0,00	2,00	...	...

DIC - Duração de interrupção individual

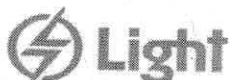
FIC - Frequência de interrupção individual

DMIC - Duração máxima de interrupção contínua

DICRI - Duração da interrupção individual em dia crítico

VALOR DO ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:  
R\$ 275,35

O cliente tem o direito de solicitar a qualquer tempo a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI e também receber uma compensação, caso sejam violadas as metas de continuidade individuais - mensal, trimestral e anual - relativas a unidade consumidora de sua responsabilidade.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA  
AV. MAL FLORIANO 158 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20090-002  
CNPJ 00.444.437/0001-46  
INSC. ESTADUAL 01380.023 INSC. MUNICIPAL 08794628

#### ENERGIA ATIVA

Medição Atual	Medição Anterior	Const. Medidor	Consumo kWh	Nº Dias
01/02/2017	02/01/2017	1	1.973	30

#### ENERGIA REATIVA EXCEDENTE

Medição Acumulada	Const. Medidor	Consumo kWh
Atual	Anterior	

Data da Emissão 01/02/2017 Data de Apresentação 07/02/2017

CÓDIGO DO CLIENTE 31065743 CÓDIGO DA INSTALAÇÃO 0420600775

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE  
R VOLUNTARIOS DA PATRIA 286 SA603  
22270-014 BOTAFOGO / RIO DE JANEIRO - RJ  
CNPJ: 03.537.443/0001-04

DESCRIÇÃO	CFOP	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR R\$
CONSUMO	5.253	kWh	1.973	0.73107	1.442,38
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMIN. PÚBLICA	0000				47,53
Subtotal Faturamento (veja abaixo)					1.442,38
Subtotal Outros					47,53

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

Valor da Energia	Valor da Transmissão	Valor da Distribuição
471,12	27,00	241,46
Encargos Setoriais	Tributos	Total
204,73	498,07	1.442,38

ICMS R\$	29%	Total da Nota Fiscal R\$
Base de Cálculo	1.442,38	
Alíquota	29%	*****1.442,38
Valor (já incluído no preço)	418,30	

PIS alíquota 0,900%	COFINS alíquota 4,550%
R\$ 14,13	R\$ 65,62

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR R\$
14/02/2017	*****1.489,91

Valores já incluídos no preço (PIS - Lei 10.837/03 - COFINS - Lei 10.837/03 - RES. ANEEL vigente)

Tarifa em R\$/kWh (sem impostos)	TARIFA
TUSD + TE	BANDEIRA
0.47863	Bandeira Verde
0.49383	Bandeira Amarela
0.50863	Bandeira Vermelha

Consumo kWh	Valor R\$
0	0,00
100	1,48
200	2,96
300	4,44
400	5,92
500	7,40
600	8,88
700	10,36
800	11,84
900	13,32
1000	14,80
1100	16,28
1200	17,76
1300	19,24
1400	20,72
1500	22,20
1600	23,68
1700	25,16
1800	26,64
1900	28,12
2000	29,60

TE - Tarifa de Energia e TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição  
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

VENCIMENTO 14/02/2017 TOTAL A PAGAR \*\*\*\*\*1.489,91 CÓDIGO DO CLIENTE 31065743 FEV/2017

83670000014.1.89910053107.3.78334274400.1.10081877229.3



Autenticação Mecânica

01 801 505 04 0761



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria Executiva

Processo nº 02000-000432/2016-11

220

220

Ao Departamento de Recursos Externos-DRE  
para análise e manifestação.

Brasília, 16 de março de 2017.

  
**FLAVIA MONTEIRO DE CASTRO CAMPOS**  
Chefe de Gabinete

A Camilla,  
Para análise e  
manifestação.  
BSB, 17/03/17

  
**ELOMAR WESLEY A. DA FONSECA RIOS**  
Diretor do Departamento de Recursos externos  
DRE/SECEX/MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS EXTERNOS

221  
DRE/Secex  
2017

NOTA INFORMATIVA nº 08 /2017/DRE/SECEX

Brasília/DF, 23 de março de 2017.

**ASSUNTO:** Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o Estado de Roraima com interveniência do MMA, no âmbito do Programa ARPA.

**1. DESTINATÁRIO**

Secretaria Executiva.

**2. INTERESSADO**

Governo do Estado de Roraima;  
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO;  
Secretaria de Biodiversidade – Sbio.

**3. REFERÊNCIA**

**3.1.** O presente Acordo está amparado nos seguintes atos legais:

- a) Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- b) Decreto nº 4.326, de 08 de agosto de 2002;
- c) Portaria nº 187, de 22 de maio de 2014;
- d) Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015;
- e) Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- f) Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;
- g) Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

**4. INFORMAÇÃO**

**4.1.** Trata o presente processo da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o FUNBIO e o Governo do Estado de Roraima com interveniência desta Pasta para implementação de ações do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.

SP

222 SECEX  
DRE 019

**4.2.** Conforme citado na Nota Informativa nº 003/2017/SECEX, por se tratar de cooperação técnica, o presente documento de celebração (ACT) enquadra-se na Lei 13.019/14 alterada pela Lei 13.204/15 e regulamentada pelo Decreto nº 8.726/16, que dispõem o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidade de interesse público e recíproco.

**4.3.** A proposta do ACT havia sido encaminhada ao DRE para análise e manifestação, em 18/01/2017, que pontuou as seguintes desconformidades com os referidos instrumentos legais, conforme Nota Informativa nº 003/2017:

- a) Não foram identificadas no processo as “certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável a cada ente federado” do FUNBIO, bem como a “comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado” conforme previsto, respectivamente, nos itens II e VII do artigo 34 da lei 13.019/14;
- b) Na minuta do ACT não foram constatadas as seguintes cláusulas obrigatórias consoante previsto no art. 42 da Lei 13.019/14: “VII – a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos”; “VII – a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no Inciso 1º do artigo 58 desta lei”; e “XIX – a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito à despesas de custeio, de investimento e de pessoal”;
- c) Não constam nos autos as consultas de que trata o artigo 29 do decreto nº 8.726/16, que regulamenta a lei 13.019/14, que assim estabelece: “art. 29 – No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública federal deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – Cepim, o Siconv, o Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida Celebração”;
- d) Considerando que na minuta do ACT a vigência do instrumento será superior a um ano, não foi constatada a obrigatoriedade de prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, conforme previsto no artigo 59 do decreto nº 8.726/16;
- e) Na proposta de Plano de Trabalho que consta como anexo da minuta do ACT, verificamos que não há a previsão de metas para as atividades elencadas no referido Plano, o que a nosso ver prejudica o acompanhamento da execução do objeto a ser celebrado.

**4.4.** Dessa forma, o processo foi encaminhado para análise da Consultoria Jurídica do MMA, que manifestou por meio do Despacho nº 00141/2017, pontuando que as desconformidades do ACT questionadas pelo DRE, apesar de não serem de aplicação obrigatória, não apresentam óbice legal e que, inclusive, poderão trazer aprimoramento à

instrução dos autos e ao acompanhamento do Acordo, devendo ser avaliado pela área as providências que entender pertinentes.

4.5. Assim, em 24/02/2017, foi encaminhado o processo para que a SBIO realizasse as adequações sugeridas.

4.6. Em 13/03/2017, após o atendimento das adequações sugeridas, a SBio retornou o processo ao DRE.

4.7. Diante do exposto, observamos que as recomendações de adequação foram atendidas, podendo, assim, seguir para a assinatura do ACT entre FUNBIO e o Estado de Roraima.

4.8. Encaminhe-se para consideração superior.

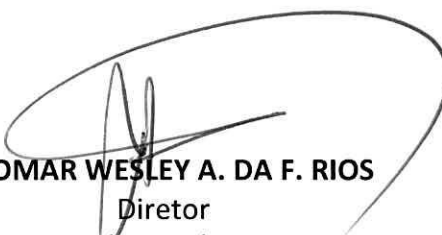
*Camila Sátiro Praxedes*

**CAMILA SÁTIRO PRAXEDES**

Analista Ambiental

DRE/SECEX/MMA

**De acordo.** Encaminhe-se à SECEX para conhecimento e providências quanto à assinatura do ACT.



**ELIOMAR WESLEY A. DA F. RIOS**

Diretor

DRE/SECEX/MMA



224  
DRE/SECEX  
Jury



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
Secretaria Executiva

Processo nº 02000.000432/2016-11

1. De acordo.
2. Encaminha-se ao Gabinete do Ministro José Sarney Filho para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o FUNBIO e o Estado de Roraima.

Brasília (DF), em 23 de março de 2017

**MARCELO CRUZ**  
Secretário Executivo

À SBio,

Restituido após a assinatura  
do Acordo de Cooperação  
pelo Senhor Ministro.

  
**Márcia Moraes Blanck**  
Analista Ambiental  
Mat.: 1438796  
Ministério do Meio Ambiente  
19/06/2017

Ào DAP,

Para as providências pertinentes.

Em 22/06/2017

Anna Flávia de Senna Franco  
Chefe de Gabinete  
Secretaria de Biodiversidade

À Renata Gatti  
~~À Anelise~~, para providências  
Flora 20/6/17

**WARTLEY DO AMARAL MANTOVATO**  
Diretor do Departamento de Áreas Protegidas  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas

**MMA - Protocolo GABIN**  
Recebido em:

23/03/17  
Data

15.56 Edilmar  
Hora Nome



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE**

**DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS**

SEPN 505 Norte Bloco B, Sala 411 – CEP: 70730-540

Tel: (61) 2028-2059



Ofício n.º **58** /2017/DAP/SBio/MMA

Brasília, 29 de junho de 2017.

À Sra.

**ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**

Secretária-Geral

**Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO**

Rua: Voluntários da Pátria, Botafogo

CEP 22270-014 - Rio de Janeiro/RJ

**Assunto: Acordo de Cooperação entre Funbio e IACTI para implementação do Programa ARPA.**

Senhora Secretária,

1. Enviamos em anexo, em três vias, o Acordo de Cooperação e o respectivo Plano de Trabalho para celebração entre Fundo Brasileiro para Biodiversidade – Funbio e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima – IACTI, com interveniência do Ministério do Meio Ambiente para implementar o Programa ARPA no âmbito do Estado.
2. As vias seguem assinadas pelo Ministro de Meio Ambiente, e data ajustada para 2017.
3. Solicitamos que após assinatura dos documentos os mesmos sejam enviados para assinatura pelo Estado, e posteriormente restituídos ao MMA para providências de publicação no Diário Oficial da União.
4. Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**WARWICK MANFRINATO DO AMARAL**

Diretor de Áreas Protegidas





MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 02000.000432/2016-11

Interessado: DAP, Renata Carolina Gatti, Reinaldo Pinto Júnior, Cristhophe Saldanha Balmant

- Aos \_\_25\_\_ dias do mês de \_\_julho\_\_ de \_\_2017\_\_, procedemos o encerramento deste Volume nº \_\_2\_\_ do Processo nº \_\_02000.000432/2016-11\_\_ contendo \_\_225\_\_ folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Carolina Gatti, Analista Ambiental**, em 25/07/2017, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.mma.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0013762** e o código CRC **7D2DF57F**.

## **Victor Andrade de Araujo**

---

**De:** David Sales Souza  
**Enviado em:** quarta-feira, 28 de dezembro de 2016 14:27  
**Para:** publicacoes cgaa  
**Cc:** Victor Andrade de Araujo; Nubia Souza Oliveira de Medeiros  
**Assunto:** Publicação de Extrato no DOU - 02000.00432/2016-11 - Atualizado  
**Anexos:** EXTRATO\_ACORDO\_COOPERAÇÃO\_TÉCNICA\_SBF\_FUNBIO\_DS\_27dez16.doc

Solicitamos providências quanto a publicação, em anexo, do extrato de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, Processo nº 02000.00432/2016-11, no Diário Oficial da União.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO  
Nº \_\_\_\_/2016 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DE  
RORAIMA E O FUNDO  
BRASILEIRO PARA  
BIODIVERSIDADE - FUNBIO,  
PARA IMPLEMENTAR O  
PROGRAMA ÁREAS  
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA,  
COM A INTERVENIÊNCIA DA  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE.**

O ESTADO DE RORAIMA por intermédio do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima (IACTI), criado pela Lei Nº 8115 de 07 de julho de 2011, endereço: rua Domingos Braga, inscrito no CNPJ/MF 10.979.689/0001-00 sob o nº 44, neste ato representado por seu Presidente, **Marcelo de Magalhães Nunes**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 140813, expedida pela SSP/RR inscrito no CPF sob o nº 646.455.762-91 residente no endereço: rua Cicero Corrêa de Melo Filho, Nº 1881, bairro Caranã, nomeado através do Decreto Nº 594-P, publicado no DOE Nº 2497 de 07 de abril de 2015, página 03, doravante denominado **ESTADO**, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, na cidade do Rio de Janeiro, neste ato representado por sua Secretária-Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da Cédula de Identidade nº M 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 317.697.566-04, doravante denominado **FUNBIO**, com a interveniência da **UNIÃO**, neste ato representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-901, neste ato representado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, **JOSÉ SARNEY FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Cédula de Identidade nº 418258 - SSP/MA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 147.374.783-15, nomeado pelo Decreto Presidencial de 12/05/2016, publicado no Diário Oficial da União de 13/05/2016, doravante denominado **MMA**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objeto estabelecer a cooperação entre o **ESTADO DE RORAIMA** e o **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere à aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para a criação, implantação e consolidação de



Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo **Programa ARPA**, no bioma Amazônia, observando o conjunto de documentos oficiais do Programa, a legislação federal, notadamente a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e a legislação estadual pertinente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES**

(1) **Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA** é um programa previsto para ser executado em três (03) fases, com a finalidade de expandir e consolidar um sistema de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

(2) **Comitê do Programa - CP** é a instância de direção do **Programa ARPA**, tendo sua composição disposta em decreto. O CP é responsável por deliberar sobre, analisar e aprovar o planejamento estratégico do Programa, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos, acompanhar e avaliar as atividades do Programa, articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais da Amazônia, das Organizações da Sociedade Civil e dos Doadores no Programa; analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro com vistas a garantir o desempenho e o alcance das metas do Programa, e convocar o PCA.

(3) **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas para o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do **Programa ARPA**, responsável pela comunicação entre o Comitê do Programa e os diversos executores, funcionando como Secretaria Executiva do Comitê para o Programa.

(4) **Manual Operacional do Programa ARPA - MOP** é o instrumento que estabelece as rotinas gerenciais, atividades e procedimentos do **Programa ARPA**, o qual deve ser observado por todos os parceiros, havendo um MOP específico para a fase II e outro para a fase III do Programa.

(5) **Fundo de Áreas Protegidas para o Programa ARPA – FAP** é o fundo de capitalização permanente constituído sob a forma de um *endowment* (*fundo fiduciário do qual utiliza-se apenas os rendimentos, preservando-se o capital investido*), utilizado para implementação da fase II do Programa, com o objetivo de cobrir despesas de custos recorrentes para a manutenção em longo prazo de unidades de conservação de proteção integral consolidadas pelo Programa Arpa e de unidades de conservação de uso sustentável selecionadas, de acordo com o previsto nos documentos oficiais do Programa ARPA e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas.



(6) **Fundo de Transição - FT** é um mecanismo de financiamento de longo prazo e extingüível, de caráter privado, criado por meio de contratos entre entidades, pessoas físicas e jurídicas, doadoras brasileiras e estrangeiras, que funcionará de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no MOP, utilizado para implementação da Fase III do Programa.

(7) **Comitê do Fundo de Transição - CFT** é a instância decisória do Fundo de Transição que tem por finalidade supervisionar o cumprimento do Módulo 2 do MOP da fase III, de forma a viabilizar que o FT cumpra com o seu Objetivo.

(8) **Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA** é considerado, no âmbito do **Programa ARPA**, como instância de consulta técnico-científica, composta por indivíduos com notório conhecimento sobre a dinâmica do bioma Amazônico com as atribuições de avaliar propostas de adoção de novas UCs no Programa; avaliar metodologia de seleção de áreas, priorização da aplicação de recursos e monitoramento; aprovar propostas de criação submetidas à UCP para apoio pelo Programa; e analisar e sugerir melhorias ao processo de planejamento, execução e monitoramento do Programa.

(9) **Planejamento Estratégico Plurianual - PEP** é o documento que estabelece as metas de cada UC em relação aos Marcos Referenciais do **Programa ARPA**, respeitados os tetos orçamentários.

(10) **Comissão de Gestores - CG** é uma instância representativa dos gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Programa ARPA**, vinculada à UCP, com o papel de: assessorar e qualificar as atividades de operacionalização e coordenação do Programa, avaliar e recomendar ao Fórum Técnico alterações e emendas ao Módulo 1 do MOP da fase III, para que seja aprimorada a operacionalização do Programa; aprimorar a comunicação entre as UCs apoiadas pelo Programa; e avaliar relatórios de atividades do Programa.

(11) **Fórum Técnico** é a instância consultiva composta por um representante de cada Órgão Gestor, o Gestor do Fundo de Transição, Representante da Comissão de Gestores e UCP, sendo coordenado por esta última. Compete ao Fórum Técnico: acompanhar e monitorar avanços das UCs e demais componentes do **Programa ARPA** em relação às metas estabelecidas pelo CP, e o cumprimento das Condições de Desembolso, e sua execução físico-financeira pelas UCs; discutir e propor o ajuste de procedimentos relacionados à rotina operacional do Programa e seus documentos de base; e propor ao CP adequações de metodologias técnicas utilizadas para o alcance do Objetivo ARPA.

(12) **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO** é a associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua como executor financeiro do **Programa ARPA** na fase II e gestor do Fundo de Transição na fase III do Programa, devendo atuar, em relação ao FT, de acordo com o estabelecido nos contratos de doação e, notadamente, com as regras e procedimentos estabelecidos no MOP para desembolso e aplicação dos recursos do FT.

(13) **Unidade de Conservação - UC** é definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.





(14) **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da sua área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

(15) **Plano Operativo - PO** é o documento detalhado contendo metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Programa ARPA**.

(16) **Termo de Doação** é o documento legal mediante o qual, de acordo com este Acordo, o **FUNBIO** repassará ao ICMBIO e aos Estados os bens adquiridos para cada unidade de conservação.

(17) **Termo de Referência** é o documento que aponta a necessidade da realização de determinados estudos, levantamentos, avaliações ou atividades nas unidades de conservação a que se refere, especificando a qualificação necessária da consultoria para tal, bem como estabelecendo as tarefas a serem executadas, suas etapas, forma, cronograma e prazo de apresentação dos produtos a elas relativos.

(18) **Especificação Técnica** é o documento com a caracterização detalhada do bem a ser adquirido ou serviço a ser contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPIES**

**I - Compete ao ESTADO**, por intermédio do IACTI, no âmbito das Unidades de Conservação Estaduais contempladas no **Programa ARPA**:

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Programa ARPA sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Programa ARPA sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Programa ARPA e necessidades de gestão das UCs;
- c) Elaborar estudos para a criação de UCs Estaduais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa ARPA, e fornecer ao MMA a base cartográfica em formato digital das áreas propostas para apoio do Programa ARPA;
- d) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- e) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referências aplicáveis;
- f) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Programa ARPA, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme estabelecido no MOP;
- g) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Programa ARPA;
- h) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Programa Arpa;
- i) Elaborar o detalhamento dos Planos Estratégicos Plurianuais dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo CP;
- j) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa



executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;

k) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao FUNBIO e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Programa ARPA;

l) Informar imediatamente ao FUNBIO toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo FUNBIO para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;

m) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo FUNBIO, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;

n) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo FUNBIO, avaliando seus resultados;

o) Adotar os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa;

p) Informar ao FUNBIO, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;

q) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Estratégicos Plurianuais;

r) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;

s) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);

t) Viabilizar a participação dos seus servidores lotados nas UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Programa ARPA;

u) Indicar, em cada UC apoiada pelo Programa ARPA, um servidor que será o ponto focal do Programa ARPA na UC;

v) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;

w) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;

x) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e

y) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no Anexo "Relatórios" do Módulo 2 do MOP Fase II, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

z) Assinar, assim que recebido, o Termo de Doação dos bens doados em função da implementação do **Programa ARPA**, providenciar a publicação de seu extrato na imprensa oficial, bem como o envio de cópia da mesma ao



**FUNBIO**, no prazo de 5 dias corridos, providenciar a imediata incorporação dos referidos bens ao patrimônio do donatário e ainda zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos com recursos do Programa e doados pelo **FUNBIO**, mediante o referido termo de doação modal;

aa) Obter, junto à Funai, a documentação atestando a não-sobreposição com terras indígenas das áreas estaduais propostas ao **ARPA** para criação ou consolidação de Unidade de Conservação;

bb) Adotar as medidas necessárias para o cumprimento das condições de desembolso que lhe competem conforme estabelecido no MOP Fase III Anexo 2.

**II - Compete ao FUNBIO, no âmbito das Unidades de Conservação Estaduais contempladas no Programa ARPA:**

a) Adquirir em seu nome, com recursos que lhe forem doados, observado o disposto nos MOPs, e doar ao Estado, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa ARPA.

b) Contratar em seu nome, com os recursos de doação, observado o disposto nos MOPs, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de Programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa ARPA;

c) Apoiar com os recursos que lhe forem doados, observados os procedimentos de desembolso e aplicação dos recursos do FT e do FAP estabelecidos nos MOPs, a implementação, dos gastos previamente definidos nos Planos Estratégicos Plurianuais em conformidade com o estabelecido nos cronogramas de desembolso e aprovados pelo Comitê do Programa, conforme as regras estabelecidas nos contratos de doação firmados entre o FUNBIO e os doadores, e a legislação brasileira, observados os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do Programa ARPA;

d) Atuar como gestor do Fundo de Transição e do FAP, em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos nos MOPs;

e) Implementar as decisões do Comitê de Programa, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno ou seu modus operandi;

f) Disponibilizar e apresentar sempre que solicitado informações relativas à execução das atividades sob sua responsabilidade conforme estabelecido nos Manuais Operacionais do Programa ARPA;

g) Desenvolver estudos, dentre outros temas, sobre legislação ambiental e tributária, com a finalidade de buscar alternativas para a sustentabilidade financeira das UCs contempladas no Programa ARPA e divulgá-los ao CP, Estado e





doadores;

h) Desenvolver Projetos-Pilotos, em conjunto com o **ESTADO**, decorrentes dos resultados alcançados nos estudos, com a finalidade de colocar em prática e exequibilidade os esquemas, apontados pelos estudos, de sustentabilidade financeira de longo prazo das UCs, contempladas no **Programa ARPA**;

i) Adotar os procedimentos estabelecidos nos Manuais Operacionais do **Programa ARPA**;

j) Arcar, com os recursos repassados pelos doadores do **Programa ARPA**, com as despesas de viagens de agentes do **ESTADO** e de outros órgãos governamentais, que tenham sido formalmente destacados pelo **ESTADO**, e ainda de colaboradores eventuais indicados para a execução de atividades do Programa que importem a realização de viagens, conforme o previsto nos POs aprovados.

**Parágrafo Primeiro** - O **FUNBIO** não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

**Parágrafo Segundo** - O **FUNBIO** não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer entidade executora fora do âmbito do **Programa ARPA**.

**Parágrafo Terceiro** - O **FUNBIO** poderá pedir esclarecimentos sobre as minutas dos Termos de Referência elaborados pelo **ESTADO**, bem como solicitar as alterações que se façam necessárias para adequada contratação dos serviços previstos no Plano Operativo - **PO**.

**Parágrafo Quarto** - Para a aquisição de bens e contratação de serviços de pequeno valor, nas condições e limites estipulados nos Manuais Operativos do **Programa ARPA**, o **FUNBIO** poderá abrir contas-correntes vinculadas, de titularidade do **FUNBIO**, com recursos dos doadores, permitindo que as mesmas sejam movimentadas em conjunto por, no mínimo, dois servidores do **ESTADO** por elas responsáveis.

**Parágrafo Quinto** - Para atendimento do previsto no parágrafo anterior, o **ESTADO** indicará quais servidores, vinculados às UCs, serão responsáveis pela movimentação de cada conta-corrente vinculada, os quais deverão assinar termo de compromisso e responsabilidade com o **FUNBIO**, com interveniência do **ESTADO**, como condição para que a utilização dos recursos seja iniciada, de acordo com o previsto no MOP.

**Parágrafo Sexto** - O **ESTADO** responsabilizar-se-á pela eventual malversação dos recursos, utilizados pelos servidores por ela indicados, das contas-correntes vinculadas, mencionadas nos parágrafos anteriores.



**III - Compete ao MMA, como interveniente deste Acordo:**

- a) Coordenar a execução do **Programa ARPA**;
- b) Examinar, avaliar, e emitir pareceres sobre os POs enviados pelos Estados para aprovação do Comitê do Programa;
- c) Cumprir com todas suas obrigações previstas nos Manuais Operacionais do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS BENS**

Os bens adquiridos pelo **FUNBIO**, com os recursos do **Programa ARPA**, serão objeto de Termo de Doação a ser celebrado com o **ESTADO**, no qual constará descrição detalhada do bem e será estabelecida expressamente a sua vinculação ao Programa, sendo vedada a sua utilização para fins diversos daqueles constantes do Termo de Doação, mesmo depois do término da vigência deste Instrumento.

**Parágrafo Primeiro** - Os bens doados pelo **FUNBIO** ao **ESTADO** serão, mediante as eventuais necessárias providências do **ESTADO** quanto a procedimentos administrativos, imediatamente incorporados ao patrimônio deste.

**Parágrafo Segundo** - Aos bens adquiridos pelo **FUNBIO**, com recurso dos doadores, e doados ao **ESTADO**, deverão ser apostos placas ou adesivos, conforme o caso, localizados em local de fácil visualização, contendo o logotipo do **ARPA** e, quando cabível, a barra de parceiros vigente, com os seguintes dizeres "Acordo de Cooperação – Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA".

**Parágrafo Terceiro** - O não cumprimento por parte do **ESTADO** de quaisquer das condições relativas à doação dos bens irá determinar a imediata devolução dos bens ao **FUNBIO**, no mesmo estado de conservação em que se encontravam no momento da doação, sem prejuízo de indenização por eventuais perdas e danos.

**Parágrafo Quarto** - O **ESTADO**, sempre que solicitado pelo **FUNBIO**, deverá demonstrar o cumprimento das condições relativas à doação dos bens.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS**

O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes, sendo que cada partícipe deverá aplicar seus próprios recursos, ou aqueles obtidos em outras fontes externas, entre elas, recursos oriundos dos Fundos Estaduais de Meio Ambiente, para incremento das áreas protegidas estaduais contempladas pelo **Programa ARPA**.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 05 (cinco) anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º do Decreto 8.726 de 27 de abril de 2016.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de rescisão ou denúncia, na forma prevista nesta Cláusula, serão imputadas a cada Partícipe as responsabilidades e obrigações referentes aos prazos que tenha vigido o presente Acordo de Cooperação, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**Parágrafo Segundo** – Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO**

Este Acordo de Cooperação, bem como seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os partícipes, durante sua vigência mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas em decorrência da operacionalização deste instrumento serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS**

A propriedade dos resultados técnicos, e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos realizados no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos aos partícipes durante a vigência do presente Acordo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal



de autoridades ou servidores públicos, observando-se as normas previstas nos Manuais Operacionais do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste Acordo e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar a logomarca do Programa, bem como a de todos os partícipes, conforme o Manual de Aplicação da Marca do **Programa ARPA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao **MMA** e ao **ESTADO** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação, em extrato, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do **ESTADO** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993, observados os artigos 20, parágrafo único, e artigo 38 da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O **MMA** promoverá o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE ACORDO**

O Manual Operacional da fase II do **Programa ARPA** - MOP.

O Manual Operacional da fase III do **Programa ARPA** - MOP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, as partes concordam preliminarmente em solucioná-las administrativamente.

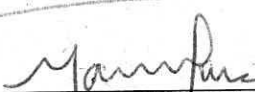


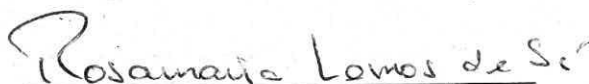
## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

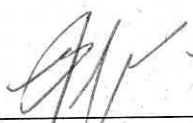
Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em três vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

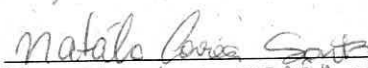
Boa Vista/RR,                      de                      de 2016.


  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO DE MAGALHÃES NUNES**  
Presidente do IACTI

  
\_\_\_\_\_  
**ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**  
Secretária Geral do FUNBIO

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ SARNEY FILHO**  
Ministro de Estado do Meio Ambiente

### TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: NATÁLIA CORREIA SANTOS  
CPF: 136.700.197-82

  
\_\_\_\_\_  
Nome: THALES FERNANDES DO CARMO  
CPF: 124.298.947-18



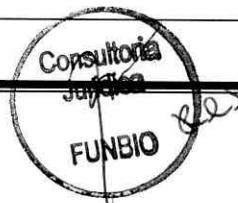


**PLANO DE TRABALHO****1- DADOS CADASTRAIS**

Órgão / Entidade Proponente <b>Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO</b>			CNPJ <b>03.537.443/0001-04</b>
Endereço <b>Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo</b>			
Cidade <b>Rio de Janeiro</b>	UF <b>RJ</b>	CEP <b>22.270-014</b>	DDD / Telefone <b>21 21235300</b>
Nome do Responsável <b>Rosa Maria Lemos de Sá</b>			CPF <b>317.697.566-04</b>
CI / Órgão Exp. <b>M-750.784 SSP/MG</b>	Cargo <b>Secretária-Geral</b>	Função – <b>Representante L.</b>	Matrícula
Endereço <b>Av. Atlântica nº 778, apto. 1102, Leme, Rio de Janeiro/RJ</b>			CEP <b>22.010-000</b>
Órgão / Entidade Concedente <b>Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima-IACTI-RR</b>			CNPJ <b>10.979.689/0001-00</b>
Endereço <b>Rua Domingos Braga, 44 – Bairro São Francisco – Boa Vista</b>			
Cidade <b>Roraima</b>	UF <b>RR</b>	CEP <b>69.305-220</b>	DDD / Telefone <b>(95) 99115-7022</b> <b>(95) 99116-9254</b>
Nome do Responsável <b>MARCELO DE MAGALHÃES NUNES</b>			CPF <b>646.455.762-91</b>
CI / Órgão Exp. <b>140813 SSP/RR</b>	Cargo <b>Diretor Presidente</b>	Função	Matrícula <b>5135-7</b>
Endereço <b>Rua Cícero Correia de Melo Filho, 1881 B. Caranã Boa Vista-RR</b>			CEP <b>69.313-592</b>

**2 – OUTROS PARTICIPES**

Nome <b>Ministério do Meio Ambiente</b>	CNPJ/CPF <b>37.115.375/0002-98</b>	
Endereço <b>Esplanada dos Ministérios, Bloco b – 5º andar</b>		CEP <b>70.068-900</b>





### 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.	<b>Período de Execução</b>	
	2016	2020

**Identificação do objeto:**  
Estabelecer cooperação técnica entre o **ESTADO DE RORAIMA** e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade - **FUNBIO**, na implementação das atividades do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - **ARPA**, no que se refere a contratação de serviços e obras, para a criação de Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA, no bioma Amazônia.

### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) instituído pelo Decreto Presidencial nº 4.326 de 08 de agosto de 2002 tem como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo dessa forma para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O ARPA é um programa decenal dividido em três fases distintas e complementares de implementação.

O Programa ARPA é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que promove o planejamento de metas, monitora e supervisiona a sua execução. A execução financeira do ARPA está a cargo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto a execução técnica é feita pelos órgãos gestores de unidades de conservação nas esferas federal e estadual. O Programa ARPA conta com recursos de doação de diferentes organizações, principalmente: o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial; o Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), Ministério do Meio Ambiente Alemão (BMU), além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro e de doações do setor empresarial privado.

Segundo o SNUC, a competência de implantação da Política Nacional de Unidades de Conservação no âmbito Estadual cabe ao Órgão Estadual de Meio Ambiente. Entre as ações da Política sob responsabilidade do Estado inclui-se a criação, consolidação e administração de Unidades de Conservação, em sua esfera de atuação.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa atende às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação, tendo a responsabilidade de firmar os acordos de doação.

Visando ainda o alcance da Meta do Programa de Criação de UCs de Uso Sustentável e Proteção Integral, o Comitê do Programa aprovou em Novembro de 2015 o apoio a proposta de criação de UCs apresentada pelo estado de Roraima.



#### **4 – FASES DO TRABALHO CONJUNTO**

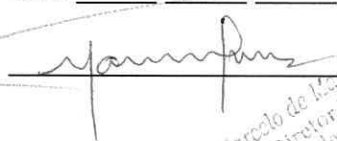
- 1.** Coordenação e execução de estudos prévios para a criação de Unidade de Conservação Estaduais de acordo com os critérios e polígonos prioritários estabelecidos pelo Programa **ARPA**
- 2.** Elaboração e encaminhamento dos Planos Operativos Anuais - **POAs** das Unidades de Conservação Estaduais contempladas pelo Programa ARPA à Unidade de Coordenação do Projeto - **UCP-MMA**;
- 3.** Realização de Oficinas para elaboração do Plano Operativo Anual – POA
- 4.** Realização de Reuniões para discussão técnica
- 5.** Preenchimento e validação do Plano de trabalho e planejamento de insumos pelo **OG**.
- 6.** Execução das ações/atividades previstas no POA
- 7.** Implementação do Plano de Trabalho



Meta	Especificação	Ano Previsto				
		2016	2017	2018	2019	2020
1	Diagnóstico ambiental	x	x			
2	Diagnóstico socioeconômico	x	x			
3	Diagnóstico da Situação Fundiária		x	x		
4	Consulta Pública			x	x	
4	Decreto de Criação				x	x

Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima- IACTI-RR

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
 Marcelo de Aguiar dos Santos  
 Diretor Presidente  
 Instituto de Amparo a Ciência,  
 Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima- IACTI-RR

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade FUNBIO.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
 Rosamaria Lemos de Sá

